

- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da diretoria;
- f) obrigatoriedade de publicação trimestral, no Diário Oficial do Distrito Federal, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associados ou membros da entidade; e
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhes forem destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Distrito Federal, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Distrito Federal, na proporção dos recursos e bens a elas alocados.

As entidades privadas pretendentes à habilitação deverão estar devidamente registradas no conselho profissional relativo às suas atividades, apresentar as atas da última eleição do Conselho de Administração e os balanços patrimoniais e demonstrativos dos resultados financeiros dos 02 (dois) últimos anos.

O ato de qualificação da entidade pública deverá ser precedido de manifestação prévia do Secretário de Estado ou do titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social;

3.1.2 O Conselho de Administração da entidade qualificada como organização social deve ser estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

- a) até 55% (cinquenta e cinco por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos entre os membros ou os associados;
- b) 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, entre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade.

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho não poderão ser parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau do Governador, Vice-Governador, Secretários de Estado e dirigentes da organização social;

III - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;

IV - o dirigente máximo da entidade participará das reuniões do Conselho, sem direito a voto;

V - o Conselho reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VI - os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nessa condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participarem;

VII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade declarada organização social devem renunciar ao assumir funções executivas.

3.1.3 Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, serão atribuições privativas do Conselho de Administração da entidade privada, entre outras:

- I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução de seu objeto;
- II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;
- III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;
- IV - designar e dispensar os membros da diretoria;
- V - fixar a remuneração dos membros da diretoria;
- VI - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;
- VII - aprovar o regimento interno da entidade, que disporá, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e as respectivas competências;
- VIII - aprovar, por maioria de, no mínimo, dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;
- IX - aprovar e encaminhar ao órgão superior da execução do contrato de gestão os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria; e
- X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com auxílio de auditoria externa.

#### 4. PUBLICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

A publicação das organizações qualificadas se dará por ato do Governador do Distrito Federal, no Diário Oficial, conforme artigo 1º da Lei 4.081, de 04 de janeiro de 2008.

#### 5. PRAZO

O prazo para impugnação deste edital será de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação.

#### 6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 Eventuais conflitos serão resolvidos pelo Conselho de Gestão das Organizações Sociais, ao qual competem as decisões.

6.2 Este Chamamento Público destina-se exclusivamente à qualificação de entidades como Organização Social no âmbito do Distrito Federal.

LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS

Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

### SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

#### EDITAL Nº 05/2015 – CONVOCAÇÃO

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL, convoca o abaixo relacionado, seus familiares ou representantes legais, para comparecerem à Coordenação de Gestão de Pessoas, localizada no

Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 7º andar, ala oeste, de segunda a sexta-feira, no horário de 9 às 18 horas, a fim de receberem instruções quanto ao recolhimento aos cofres do Governo do Distrito Federal da importância referente ao acerto de contas de exoneração, ou apresentar defesa, dentro do prazo de 10 dias, contados a partir da data de publicação deste Edital. Segue a ordem: NOME, CPF OU MATRÍCULA, Nº PROCESSO E VALOR: JOÃO PAULO PEREIRA RODRIGUES, 2653443, 410.000.597/2014, R\$ 2.256,60

ANA MARIA BORBA SAMICO

#### EDITAL Nº 06/2015 – CONVOCAÇÃO

A COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL, convoca o abaixo relacionado, seus familiares ou representantes legais, para comparecerem à Coordenação de Gestão de Pessoas, localizada no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, 7º andar, ala oeste, de segunda a sexta-feira, no horário de 9 às 18 horas, a fim de receberem instruções quanto ao recolhimento aos cofres do Governo do Distrito Federal da importância referente ao acerto de contas de exoneração, ou apresentar defesa, dentro do prazo de 10 dias, contados a partir da data de publicação deste Edital. Segue a ordem: NOME, CPF OU MATRÍCULA, Nº PROCESSO E VALOR: CINTHYA TORRES MOTA, 265346-X, 410.000.985/2013, R\$ 469,43.

ANA MARIA BORBA SAMICO

### SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DESBUROCRATIZAÇÃO

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2015.

Processo: 414.001.330/2015 – DAS PARTES: SEGAD/DF x SERVVEL – APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA. DO OBJETO: a prestação de serviços continuados, de limpeza, assio e conservação, na Rodoviária do Plano Piloto de Brasília e demais terminais rodoviários do Distrito Federal, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, conforme especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 153/2014 – SULIC/SEPLAN (fls. 32 a 150), Ata de Registro de Preços 17/2014 (fls. 156 a 163), oriundo do processo licitatório autuado sob nº 411.000.014/2014, e na Proposta de fls. 213 a 248, que passam a integrar o presente Termo. DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO: O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos artigos 6º e 10º, da Lei nº 8.666/93. DO VALOR: O valor total do Contrato é de R\$17.203.674,48 (dezesete milhões, duzentos e três mil, seiscentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), devendo a importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 13.101; II – Programa de Trabalho: 04122600329903872; III – Natureza da Despesa: 3.3.90.37; IV – Fonte de Recursos: 100. O empenho inicial é de R\$11.105.059,30 (onze milhões, cento e cinco mil, cinquenta e nove reais e trinta centavos), conforme Nota de Empenho nº 2015NE00736, emitida em 29/06/2015, sob o evento nº 400091, na modalidade Estimativa. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 30/06/2015 a 30/06/2016, sendo seu extrato publicado no DODF as expensas do CONTRATANTE, podendo, ainda, ser prorrogado a critério da Administração nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/1993. DA ASSINATURA: 29/06/2015. DOS SIGNATÁRIOS: Pela SEGAD/DF: Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, na qualidade de Secretário de Estado – Substituto e pela CONTRATADA: Marcelo Henry Soares Monteiro, na qualidade de Representante legal.

### SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES DIRETORIA DO PREGÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2015.

Objeto: Serviços de manutenção preventiva e corretiva com aplicação de peças em máquinas agrícolas e de terraplanagem, fora da garantia, da frota oficial da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital. Tipo de Licitação: Menor Preço. Valor total estimado: R\$ 330.786,58. Abertura das Propostas dia 22/07/2015 às 09h30min. O edital poderá ser retirado no endereço eletrônico site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) - UASG SEGAD/DF: 926154. Processos nº 070.000.751/214.

Brasília/DF, 09 de julho de 2015.

NÚBIANE BRAGA LOURENÇO

Pregoeira

### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

### SUBSECRETARIA DA RECEITA COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

#### EDITAL Nº 84, DE 08 DE JULHO DE 2015.

O COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso